

HISTÓRIA AMBIENTAL: DESAFIOS NA PESQUISA E NO ENSINO

META

Apresentar os temas, fontes e linhas de pesquisa da História Ambiental e as possibilidades de contribuição para a Educação Ambiental

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
perceber as possibilidades de se trabalhar com o Meio Ambiente, tanto na pesquisa, quanto no ensino.

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado a aula 01.



Nos PCN's, Meio Ambiente aparece como tema transversal em todas as disciplinas. Assim, a História Ambiental pode e deve estar presente na sala de aula, em todos os níveis de ensino. FREIRE (2004) sugere três focos de atenção de como o professor pode abordar a História Ambiental em sala de aula. Uma delas é a abordagem da devastação da Mata Atlântica através dos ciclos econômicos, uma vez que sua exploração se deu com a extração do pau-brasil, em seguida veio o plantio de cana-de-açúcar, as lavouras de café, chegando a industrialização no século XIX e a exploração maciça de recursos naturais.

(Fontes: <http://blogdoplaneta.com>)

INTRODUÇÃO

Querido aluno/querida aluna,

A esta altura do campeonato você já deve ter percebido que para lidar com a relação História e Natureza é preciso um constante diálogo entre saberes distintos.

Ora recorreremos à Geografia, ora à Biologia, ou mesmo à estatística. O que é preciso que você entenda é que o “Meio Ambiente” é um campo multidisciplinar – ou seja, dialoga com todas as ciências – e interdisciplinar, pois transita por todas elas.

Para a aula de hoje, separei alguns pequenos textos que vão auxiliá-lo(a) a conhecer melhor os temas, fontes e linhas de pesquisa da História Ambiental.

Lembre-se de que este campo, devido ao seu caráter eminentemente interdisciplinar, vai exigir de você um esforço para transitar por outros saberes. Está disposto(a)? Acredito que sim, mas saiba que esta será, acima de tudo, uma viagem com lentes diferentes: as lentes de quem está sempre em busca de novos conhecimentos.

Espero que esteja gostando de nossos encontros, e tenha certeza de que gostará ainda mais.

Leia a citação abaixo e reflita sobre ela para começarmos nossa aula.

O assunto [o predomínio do homem sobre o mundo natural] tem igualmente muito a oferecer aos historiadores, pois é impossível desemaranhar o que as pessoas pensavam no passado sobre as plantas e os animais daquilo que elas pensavam sobre si mesmas” (THOMAS, 1988, p. 19)].

Durante muito tempo, a relação natureza e história foi uma temática pouco estudada na historiografia oficial e, conseqüentemente, no ensino de história. Graças às mudanças ocorridas com o advento da Nova História, ocorreu uma maior diversificação do campo de estudo do historiador. A partir daí, os estudos históricos passam a se ocupar não apenas dos grandes fatos e dos vultos notáveis, mas também de tudo o que se relaciona à vida humana.

Já vimos, na aula 3, a evolução da consciência ecológica e que esta ganhou corpo devido à intensificação da degradação ambiental, sobretudo no século XX. Neste contexto, começou a surgir a ideia de uma história ambiental na década de 1970, a partir da sucessão de conferências sobre meio ambiente — com destaque para a Conferência de Estocolmo (1972) — e com o crescimento dos movimentos ambientalistas. Esse foi, portanto, um período de reavaliação e de reforma cultural em nível mundial.



Foto de conferencistas na Estocolmo 1972.
(Fonte: <http://images.google.com.br>).

O objetivo primordial da História Ambiental é aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente. (WOSTER, 1991, p. 2)]

Vamos ver, na aula de hoje, as diversas possibilidades de o historiador trabalhar com a temática ambiental, seja na pesquisa ou no ensino.

CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS E ANALÍTICAS

A história ambiental apresenta ligações com a história regional, por focalizar processos sociais e naturais geograficamente delimitados.

Veja algumas características metodológicas e analíticas da História Ambiental, segundo Donald Woster (1991, p. 5):

- Quase todas as análises focalizam uma região com alguma homogeneidade ou identidade natural. Ex: um território árido, o vale de um rio, uma ilha, um trecho de terras florestadas, um litoral, um parque nacional, uma área de influência de uma obra (ferrovia, irrigação, represas, etc), terras de povos ativos.

- Diálogo sistemático com quase todas as ciências pertinentes do entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas. Usam a geologia, geomorfologia, climatologia, meteorologia, biologia, ecologia, agronomia e engenharia florestal, dentre outras.

- Interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas. Uma vez que os recursos só se tornam recursos quando culturalmente identificados e avaliados.

- Grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o meio ambiente. Os historiadores ambientais usam todas as fontes tradicionais dos diversos campos da História.

- Trabalho de campo. Serve para identificar marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, e nem sempre constam em documentos escritos.

Na verdade, caro aluno/ cara aluna, boa parte do material da História Ambiental já estava disponível há muito tempo, faltando apenas que sobre ele fosse lançado um olhar novo, reorganizado à luz das experiências recentes.

HISTÓRIA AMBIENTAL E PESQUISA

A história oficial foi predominante na historiografia até meados do século XX, fortemente influenciada pelo **positivismo**, resumindo-se a uma história factual, de grandes acontecimentos e personalidades. Os fatos eram sempre apresentados numa cadeia linear de causas e consequências. No entanto, com a Nova História, os historiadores começaram a levar em conta o fato de que a humanidade faz parte do planeta e que a História sofre influência do social, do cultural, das mentalidades e, por que não, do meio ambiente?

Positivismo

é uma doutrina filosófica, sociológica e política. Surgiu como desenvolvimento sociológico do Iluminismo, das crises social e moral do fim da Idade Média e do nascimento da sociedade industrial - processos que tiveram como grande marco a Revolução Francesa (1789-1799). Em linhas gerais, ele propõe à existência humana valores completamente humanos, afastando radicalmente a teologia e a metafísica (embora incorporando-as em uma filosofia da história).

Uma das peculiaridades mais destacadas da História Ambiental seria, assim, o exame das relações entre os seres humanos e, dentro e a partir delas, a análise das relações que se estabelecem com o mundo natural. (MARTINEZ, 2006, p. 19)]

Donald Worster (1991) destaca que os dois maiores centros inovadores no campo da história ambiental são a França e a América do Norte, por conta dos movimentos ambientalistas.



Foto de ativistas do Greenpeace combatendo pesca ilegal de baleias.
(Fonte: <http://oceans.greenpeace.org>).

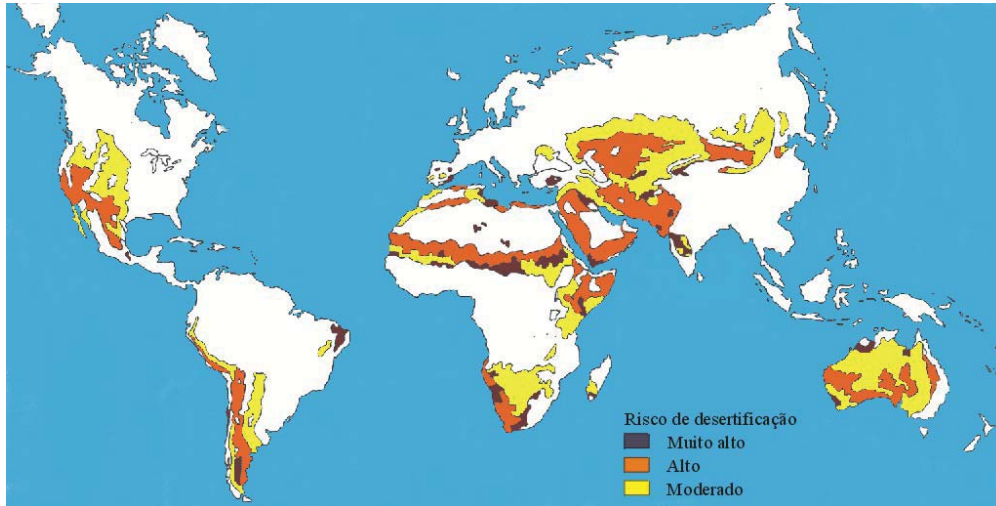
De forma mais particular, na França temos três historiadores ligados à revista *Annales*, cujos trabalhos se destacam pela ênfase aos estudos do meio ambiente: March Bloch, Le Febvre e Fernand Braudel.

Porém, fugindo um pouco desses dois pólos, podemos ainda citar os ingleses Raymond Williams e Keith Thomas.

Nenhum destes autores acima mencionados se auto-intitulavam historiadores ambientais, mas em suas obras abordaram as sociedades humanas de forma a privilegiar a construção cultural e histórica do meio natural.

Caro aluno/cara aluna, para que você possa melhor vislumbrar quais as possibilidades de pesquisa na perspectiva da História Ambiental, veja o que nos diz Regina Horta Duarte (2005). Segundo a autora, há uma história das mudanças climáticas; da desertificação; da poluição ambiental; da con-

taminação nuclear; dos impactos da tecnologia sobre o meio ambiente; história das enfermidades; história da aclimação de plantas e da expansão de animais; história das florestas; das paisagens rurais e urbanas.



Mapa ilustrativo das áreas sob risco de desertificação.
(Fonte: <http://www.ub.es>).

Grande exemplo da história do clima é o texto clássico de Emmanuel Le Roy Ladurie: “O clima: a história da chuva e do bom tempo”, primeiro capítulo do volume NOVOS OBJETOS da coleção HISTÓRIA de Jacques Le Goff e Pierre Nora (1976). Neste capítulo, Ladurie aborda os objetivos e os métodos empregados na historiografia do clima.

Necessário se faz que muitos outros historiadores contribuam para a História Ambiental do Brasil, fazendo assim com que avance a inclusão desta temática nas pesquisas, publicações e, sobretudo, na formação de professores.

Segue agora um texto complementar, exemplo de História Florestal do Brasil:

DESENVOLVIMENTOS INSUSTENTÁVEIS

“Você já pensou seriamente nas suas consequências?”

“A consequência é o lucro.”

RAINOL GRECCO. “O MAIOR MADEIREIRO DO BRASIL.”
(1975)

Durante a década de 70, a escala e velocidade dos projetos de desenvolvimento do governo atingiram um clímax que não resultou apenas em crises econômicas, mas também em uma tempestade conjunta de desastres ambientais, desacreditando sua propalada preocupação com a segurança nacional. O “milagre” econômico que começou em 1968 foi acompanhado, paradoxalmente, pelo maior recurso à regra do arbítrio e da força militar. Uma das batalhas culminantes do Exército contra bandos guerrilheiros diminutos e desesperados ocorreu, de fato, no Parque Nacional do Caparaó, onde as ruínas do confronto ainda perturbam a paisagem. A violência e a insegurança da contenda inquietavam os investidores estrangeiros – a fórmula, que havia sido adotada desde o início dos anos 50, de atrair o capital estrangeiro oferecendo-lhe um mercado interno hermeticamente fechado estava perdendo seu vigor. Os militares e seus simpatizantes reagiram com arrogância diante das questões levantadas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1972. Suspeitava-se que os países industrializados haviam inventado mais um obstáculo à elevação do Brasil aos seus quadros, e especulava-se que uma das vantagens comparativas do Brasil consistia precisamente e sua capacidade ainda integral de absorver poluição industrial. “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”, exultava José Sarney, um senador do Nordeste que se tornaria presidente uma década depois. O representante do governo na conferência apresentou uma fórmula populista dissimulada a qual constantemente seria repetida: “A pior forma de poluição é a pobreza”. O diretor das imprudentes obras de drenagem na região de Campos sentiu-se autorizado a descrever as lagoas como “um desastre ecológico, biologicamente desequilibrado e inútil” e a caracterizar sua missão como a de “corrigir as aberrações da natureza”. Os cientistas brasileiros faziam críticas à visibilidade de projetos de desenvolvimento em florestas tropicais, mas os emissários brasileiros em encontros internacionais sobre a questão tendiam a desprezá-las, preferindo enfatizar, em seu lugar, as metas extremamente otimistas de tais programas. Embora umas poucas vozes críticas se elevassem entre cientistas e na sociedade civil, eram isoladas e muitas vezes pagavam caro por sua dissensão.

A taxa de crescimento econômico momentaneamente rápida do Brasil parecia justificar a negligência tecnocrática. Mas, ao final de 1973, o “milagre” foi abalado pela quadruplicação dos preços do petróleo. O Sudeste, industrializado no pequeno intervalo de duas décadas, tornava-se perigosamente dependente do petróleo para manter o milagre em movimento e quase todo seu combustível tinha de ser importado. A resposta dos tecnocratas foi lançar projetos de desenvolvimento ainda mais agressivos ao ambiente e descuidados em relação a seus efeitos sociais. Obtiveram créditos abundantes de bancos estrangeiros, desesperados por reciclar fundos despejados pelos membros do cartel do petróleo, e os investiram em uma expansão das exportações para pagar a conta do petróleo e em um programa diversificado para alcançar a auto-suficiência energética. Sondagem de petróleo na plataforma marinha, usinas de energia nuclear, um programa de conversão de cana-de-açúcar em álcool combustível e uma expansão do desenvolvimento hidroelétrico foram entusiástica e simultaneamente implantados. Tais programas, executados em sua maioria na região da Mata Atlântica remanescente, implicava riscos à sua sobrevivência. O programa do álcool rapidamente se tornou uma causa maior de desmatamento. Aceleraram-se a dragagem e o aterro na região de Campos, para expandir os canaviais, quase extinguindo seus lagos. Na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, a cana-de-açúcar foi responsável por quase metade da perda de floresta primária entre 1962 a 1984, e foi ainda mais prejudicial às formações do cerrado, destruindo 457 Km² dele. As indústrias que queimavam lenha como substituto para o petróleo importado foram isentas da exigência de replantio prevista no Código Florestal.

O mais prejudicial de todos os programas de desenvolvimento talvez tenha sido o dos projetos hidrelétricos. A topografia acidentada e as chuvas abundantes da região da Mata Atlântica haviam atraído empreendedores, engenheiros civis e fabricantes de equipamentos elétricos para colaborar, logo depois da virada do século XX, na construção de usinas hidrelétricas nas proximidades de quase todas as cidades do Sudeste. Em meados dos anos 20, as metrópoles da região estavam equipadas com enormes instalações. Em São Paulo, o fluxo dos rios que circulavam em volta da cidade foi revertido para encher um reservatório, ocupando 127 Km², de onde o fluxo tombava oitocentos metros dentro de tubulações até a vila de Cubatão, no sopé da escarpa costeira, onde fora construída uma usina hidrelétrica de 336 mil kilowatts. Em 1950, havia 126 usinas hidrelétricas na região da Mata Atlântica. Em conjunto, seu impacto sobre as florestas de

galeria sobreviventes foi limitado: apenas as usinas de São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas inundaram mais de um km² de superfície.

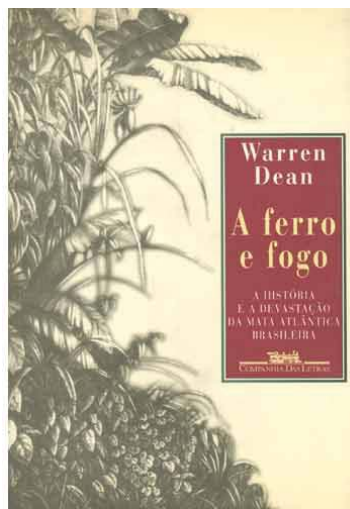
Essas usinas eram de propriedade privada, sendo as maiores delas de companhias estrangeiras. No final dos anos 50 e início dos 60, contudo, foram desapropriadas, vítimas de pressões nacionalistas e populistas e de sua própria incapacidade de geral capital. Os novos diretores designados pelo Estado enfrentaram um acelerado crescimento da demanda de energia em uma atmosfera de crise, marcada por sobrecargas e blecautes. Começaram a construir usinas de capacidade muito maior e estenderam uma rede ligando o triângulo industrial de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Essa geração de usinas ocupou os locais mais facilmente explorados nos rios Tietê, Paranapanema, Grande, Paraibuna, Paraíba do Sul e Pardo, barrando o fluxo da água por diversos quilômetros e criando reservatórios de 47 km² quarenta a setenta km². A geração seguinte de usinas já foi planejada: barragens elevadas que consumiam enormes quantidades de concreto para obstruir vales menos favoráveis nos afluentes do Paraná e no próprio Paraná. Elas exigiam lagos artificiais que tinham de duzentos a mais de mil km², superando todas essas, havia Itaipu, próximo à foz do Iguaçu, a maior represa hidrelétrica do mundo, com 185 metros de altura e sete quilômetros de largura, projetada para gerar 12,6 megawatts. A construção se iniciou em 1973, como um projeto binacional com o Paraguai, para no final inundar 1529 km² no lado brasileiro do rio e 2260 km² no lado paraguaio. Além disso, uma área de proteção de 1350 km² circundaria o rio represado.

O incrível é que se permitiu que o projeto destruísse uma das maravilhas naturais do mundo, Sete Quedas, a magnífica catarata que há muito tempo havia sido declarada parque nacional. Com ela desapareceu as ruínas quinhentistas inexploradas da Cidade Real de Guaíra. Inúmeros turistas correram a conhecer Sete Quedas antes que fosse alagada: as toscas pontes suspensas não conseguiram suportar seu peso e, um dia, dezenove visitantes sucumbiram na queda. Milhares de manifestantes realizaram, em honra dos turistas mortos e do rio agonizante, um “quarup” – a cerimônia indígena de pesar por um cacique morto, parentes e vizinhos nervosos tentaram dissuadi-los; na verdade, um dos maiores opositores da barragem foi preso por um ano e meio. Octávio Marcondes Ferraz, que como diretor da Eletrobrás em 1964, havia planejado uma barragem menor em Itaipu que teria deixado intata Sete Quedas, queixava-se do sigilo e arbitrariedade que possibilitaram a tragédia: somos, escreveu ele, “um país de fatos consumados e contribuintes submissos”.

Em 1992, 269 usinas hidrelétricas na região sudeste da Mata Atlântica

havam inundado 17130 km², e suas linhas de transmissão ocupavam outros 2800 km², uma área conjunta igual a quase metade do território do Estado do Rio de Janeiro. Oitenta e oito usinas já haviam sido desativadas. Outras estavam em construção e inundariam mais 10 mil km². Havia também na região pelo menos vinte enormes reservatórios de água de dimensões não registradas que supriam populações urbanas e prestavam serviços de irrigação e regularização de fluxos. Não é possível calcular quantidade de floresta que desapareceu sob as águas de todas essas barragens e sob as torres das linhas de transmissão. Certamente, uma área considerável sob a água foi previamente desmatada. Esse foi o caso de uma das duas áreas ainda formalmente protegidas do Pontal paulista, a lagoa São Paulo, da qual se estimou que perdera 90% de sua floresta antes de começar a inundação. Em 1992, a maior parte dessa reserva de pássaros aquáticos estava desaparecendo sob as águas da represa Primavera ainda inacabada. O restante dela foi dividido em lotes pela companhia elétrica e transferida a colonos trazidos de fora para a área da represa! Embora se acreditasse que a maior parte do Parque Nacional de Sete Quedas tivesse sido desmatada antes de ser inundada, a administração de Itaipu afirmava que havia derrubado 591 km² de floresta do lado brasileiro do rio, quase 40% da área submersa. A retirada total das árvores era exigida por uma lei de 1960, mas o corte parece ter sido seletivo. A venda de madeira comercial dos locais de barragens representava, de fato, uma fonte modesta de receita para as companhias de eletricidade.

(Cf. DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 309-311.)



Capa do livro “A Ferro e Fogo”.
(Fonte: <http://navegantesdeiapetus.files.wordpress.com>).

HISTÓRIA AMBIENTAL E ENSINO DE HISTÓRIA

O ensino de história, até meados do século XIX, baseava-se em lições de leitura a partir de temas que fortalecessem o senso moral por meio de deveres para com a Pátria e seus governantes. A proposta voltava-se para a formação moral e cívica, visando à construção de uma idéia de nação associada à de pátria. A moral cívica vinculava-se a uma moral religiosa, onde predominava a narração da vida dos santos e dos heróis.

Com o advento da República e uma nova Constituição que assegurava o direito de voto aos alfabetizados, políticas educacionais foram implementadas no sentido de proporcionar escolarização para um contingente maior.

Os currículos buscavam sedimentar uma identidade nacional, onde o ensino de História abordava os feitos das elites, “predestinadas” a conduzir o país.

Os anos 30 foram emblemáticos pela consolidação de uma memória histórica nacional e patriótica nas escolas primárias. Foi neste período que ocorreu a criação do Ministério da Educação, tendo por consequência a organização do sistema escolar de forma centralizada, obedecendo a normas rígidas e gerais.

Quantos de nós não alcançou os antigos métodos de avaliação, associados a castigos físicos? É época em que “aprender era memorizar” (BITTENCOURT, 2004). Neste contexto, consolidou-se a idéia de que “saber história” era decorar datas, nomes dos grandes heróis e os principais acontecimentos da história nacional.

Diante deste brevíssimo histórico do ensino de História no Brasil, faço uma pergunta a você, caro aluno/cara aluna: Poderia haver espaço para a percepção da Natureza como agente da História? É óbvio que não! Isto porque o ensino de história era usado como instrumento ideológico do Estado e, assim sendo, a história ensinada era oficial e nela não havia espaço para a temática ambiental.

Atualmente, o panorama vem se transformando através da inserção do meio ambiente no ensino através da Educação Ambiental. A partir da década de 1970, época em que a humanidade passou a dar maior importância aos problemas ambientais, ocorreu a Conferência de Tbilisi (1977) que se constituiu no primeiro grande marco da consolidação da Educação Ambiental em nível mundial.

No Brasil, alguns momentos foram de grande relevância em termos de inserção da temática ambiental no ensino.

A Lei 6.938 de 1981 instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, sendo a primeira vez que a Educação Ambiental aparece na legislação. Na Constituição de 1988, foi incorporado o conceito de desenvolvimento sustentável, no capítulo VI, dedicado ao Meio Ambiente.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Disponível em: www.lei.adv.br/225-88.htm]

Já nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais), Meio Ambiente aparece como tema transversal, permeando todas as disciplinas. Assim, a História Ambiental pode e deve estar presente na sala de aula, em todos os níveis de ensino.

Neste sentido, FREIRE (2004) sugere três focos de atenção de como o professor pode abordar a História Ambiental em sala de aula:

1. Os livros didáticos de História normalmente não abordam o meio ambiente, cabe então ao professor trazer à tona através de suas explicações a presença da natureza nos textos históricos. Devem ainda ser utilizados: ilustrações, pinturas, mapas, etc., para situar a natureza capturada pelo homem no tempo e no espaço.
2. Outro recurso interessante é abordar as impressões da natureza registradas em crônicas, relatos de viajantes e naturalistas.
3. É pertinente, também, a abordagem da devastação da Mata Atlântica através dos ciclos econômicos, uma vez que sua exploração se deu com a extração do pau-brasil, em seguida veio o plantio da cana-de-açúcar, as lavouras de café, chegando a industrialização no século XIX e a exploração maciça de recursos naturais.

Assim sendo, caro aluno/cara aluna, o professor de história, como também das demais disciplinas, precisa atentar para o fato de que muitos problemas ambientais do presente encontram explicações em questões do passado. Nesta empreitada, o livro didático pode ser um grande aliado, desde que observados alguns aspectos. Soffiati (1990) em seu artigo “A ausência da Natureza nos livros didáticos de História” traz as seguintes propostas:

- A inclusão nos livros didáticos de história, de tópicos específicos, enfocando criticamente o relacionamento das sociedades humanas com o meio ambiente, bem como suas respectivas representações mentais.
- A ilustração deste novo objeto, sempre que possível, com fontes primárias escritas e com outros documentos, tais como: pinturas, esculturas, textos literários, desenhos de humor e letras de músicas.
- Estímulo à pesquisa acadêmica nas várias linhas acima apontadas.
- Estímulo ao ensino, de modo que a história possa dar sua contribuição à Educação Ambiental.

CONCLUSÃO

Conciliar Natureza e História constitui-se num grande desafio não só para os pesquisadores, mas também para os professores. Mais do que uma Nova História, é necessário um novo ensino de História, onde as novas abordagens tenham espaço, proporcionando um ensino mais rico e formando pessoas mais críticas.

A História Ambiental é uma dessas novas abordagens que têm muito a contribuir para essa mudança de mentalidade e de quebra de paradigmas. Neste sentido, História Ambiental e Educação Ambiental se aproximam e se complementam, uma vez que, sem o entendimento de como a humanidade se relacionou com seu meio ao longo do tempo, é impossível implementar ações efetivas em busca da sustentabilidade ambiental.

Portanto, é necessário que os historiadores contribuam para a produção da História Ambiental do Brasil, fazendo, assim, com que avance a inclusão desta temática nas pesquisas, publicações, como também na formação de professores.

RESUMO

Vimos, nesta aula, alguns temas, fontes e linhas de pesquisa da História Ambiental, bem como sua evidente tendência para a interdisciplinaridade e seus principais desafios. Seu objetivo principal é aprofundar o entendimento de como a humanidade e seu meio interagiram ao longo do tempo.

Este novo ramo focaliza processos sociais e naturais, lançando um novo olhar sobre as produções já existentes e gerando novas, distanciando-se de uma história meramente factual.

A História Ambiental apresenta um vasto campo de pesquisa para os historiadores, como também um novo desafio para os historiadores. Este desafio é ainda maior quando se fala de ensino de história, uma vez que este sempre foi instrumento ideológico do Estado. Assim sendo, não havia espaço para a problemática ambiental.

Com a evolução da consciência ecológica, a Educação Ambiental passa a ganhar importância. O Meio Ambiente, enquanto tema transversal, passa a permear todas as disciplinas, inclusive a História, que tem muito a contribuir para a Educação Ambiental.





ATIVIDADES

Procure livros didáticos de História do Brasil e produza um texto de uma lauda (1 página), analisando como e se a Natureza é apresentada na obra. Lembre-se de referenciar devidamente o livro escolhido, identificando inclusive as páginas onde encontrou aspectos relevantes para o seu trabalho.



PRÓXIMA AULA

Patrimônio natural e meio ambiente histórico.

REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, Circe Maria F. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- DEAN, Warren. **A ferro e fogo:** a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996
- FREIRE, Eliane O. de Lima. História Ambiental: pesquisa e ensino. **Ciências Ambientais & Desenvolvimento**, São Cristóvão, v. 1, n. 1, p. 45 - 51, jul/set, 2004.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O clima:** a história da chuva e do bom tempo. In.: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976. p. 11-32.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental no Brasil:** pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.
- SOFFIATI, Arthur. A ausência da Natureza nos Livros Didáticos de História. **Revista Brasileira de História**. v. 9, n. 19, p. 43-56, set. 89/fev.90.
- THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- WORSTER, Donald. **Para fazer história ambiental.** **Estudos históricos**, Rio de Janeiro: v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.